



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 6/2012 -----

-----Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **19 de março de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.237.162,59 € (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, cento e sessenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**1 - ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1.2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

**1.2.1.1 – REALIZAÇÃO DE OBRAS NA ANTIGA ETAR DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara relativamente ao tipo de obras que estão a ser executadas no local da antiga ETAR de Oliveira do Hospital.-----

**1.2.2.2 – MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

-----O vereador Mário Alves referiu-se ao Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Hospital questionando o Presidente da Câmara sobre se pretende ou não analisar a situação para inferir sobre a eventual anulação e/ou abertura de concursos públicos, para que, definitivamente, se resolva um conjunto de situações pendentes. Disse entender que “se a Câmara Municipal tem que definir esta situação, então que o faça o quanto antes a fim de esclarecer as pessoas para que não andem iludidas”.-----

-----O Presidente da Câmara disse reconhecer que é necessário existir algum equilíbrio no tratamento desta questão, nomeadamente no que se refere à definição de prioridades, mas que efetivamente a Lei do Orçamento “veio contrariar algumas situações pendentes no Município de Oliveira do Hospital”, tendo o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, entre



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

várias intervenções dos senhores vereadores, prestado os necessários esclarecimentos sobre o assunto. -----

-----**1.2.2.3 - DADOS RELATIVOS A DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO**-----

-----O vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara sobre se a Câmara Municipal tem alguma informação relativa aos desempregados de longa duração, ou seja, aqueles que, neste momento, não estão a receber qualquer subsídio por parte do IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional. Salientou que, na sua opinião, seria relevante que a Câmara Municipal definisse a criação de um Programa Ocupacional, remunerado, com contrato, para que essas pessoas possam ter a oportunidade de voltar ao mercado de trabalho e terem uma nova perspetiva daquilo que poderá ser a sua vida no futuro. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara informou que, segundo as estatísticas da taxa de desemprego no concelho de Oliveira do Hospital, em janeiro de 2009 existiam 735 desempregados, em janeiro de 2010, 779 desempregados, em janeiro de 2011, 997 desempregados e em janeiro de 2012, 1001 desempregados. Verificou ainda que, comparativamente, a subida da taxa de desemprego que se verificou no concelho de Oliveira do Hospital, entre 2011 e 2012, não é preocupante, mas aquela que se registou entre 2010 e 2011 foi significativa”. -----

-----O vereador Mário Alves disse tratar-se de um problema que, para além dos dados estatísticos, se sente exteriormente, razão pela qual tem falado sobre esta matéria, sucessivamente. -

-----O Presidente da Câmara esclareceu ainda que, face os dados estatísticos apresentados, 27 % são desempregados de longa duração.-----

-----O vereador José Francisco Rolo salientou que “a maioria encontra-se no escalão entre os 35 e os 55 anos”, o que, na sua opinião, é preocupante, uma vez «que é o segmento que mais dificuldades tem de obter novo emprego». -----

-----No que se refere a dados relativos a jovens do concelho à procura do primeiro emprego, o Presidente da Câmara informou que, entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, se verificaram 84 e que, atualmente, são 99, ao que o vereador Mário Alves referiu que, na sua opinião, são dados que induzem a uma leitura errada, por considerar que, desse escalão etário, ainda é preciso averiguar quantos é que emigraram. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “esta é que é a nossa maior preocupação social que é arrasadora num concelho como o de Oliveira do Hospital”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que “não há dúvida nenhuma de que este executivo tem sido sensível a esta situação e tudo tem tentado fazer para evitar que estes números sejam ainda mais negativos. -----

-----O vereador Mário Alves referiu que “não vale de nada estarmos a inscrever projetos em plano e orçamento se, efetivamente, não forem considerados”.-----

-----O Presidente da Câmara afirmou que “o executivo em permanência tem sido sensível à resolução deste problema, mas dada a dimensão da situação, considera tratar-se de uma questão que no seu entender não pode ser resolvida de um momento para o outro”. Afirmou no entanto que fará as diligências necessárias no sentido de agilizar todos os procedimentos (programas/projetos) a desenvolver pela Câmara Municipal para o “combate” ao desemprego no concelho. -----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que “é muito preocupante o que está a acontecer no país e no concelho de Oliveira do Hospital pois verifica-se que durante o ano de 2011, Oliveira do Hospital, não acompanhou a realidade ao nível nacional”. Salientou que “aquilo que me preocupa nem é tanto aquilo que foi referido pelo vereador Mário Alves, o que me preocupa é o desemprego que poderá advir por empresas sedeadas no concelho que possam não aguentar este



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

embate e aí é que eu julgo que as medidas que foram observadas neste fórum devem ser implementadas quanto antes para tentar estancar essa possibilidade”. Considera assim que “não podemos virar os recursos da Câmara Municipal só para os desempregados porque há mecanismos na lei que permitem ajudar os desempregados, desde que devidamente sinalizados”. Entende assim que “a Câmara Municipal deve é tentar criar condições para que as empresas sedeadas no concelho continuem a laborar para os seus trabalhadores não venham para o desemprego” citando como exemplo as empresas de construção civil. -----

-----O vereador Mário Alves afirmou que “o vereador José Carlos Mendes esquece-se que fui eu quem apresentou as primeiras propostas como apoio à criação de emprego e agora fala de desemprego”, esclarecendo que quando colocou a presente questão se referia a desemprego de longa duração, ou seja, pessoas que estão no desemprego e que já não têm direito a qualquer contrapartida financeira. Disse igualmente entender que “é para esses, nesta fase, que a autarquia deve criar um programa ativo para criar uma nova perspetiva positiva nas pessoas. -----

-----O Presidente da Câmara valorizou as opiniões vertidas pelos vereadores José Carlos Mendes e Mário Alves, mostrando-se sensível à resolução do problema. Mais referiu que “o executivo em permanência tem demonstrado abertura às sugestões dos senhores vereadores por julgar que é nesta ação coletiva que têm sido apresentadas boas propostas”. -----

-----De seguida procedeu à distribuição pelos senhores vereadores do relatório do GASS sobre a estatística do desemprego no concelho. -----

**-----1.2.2.4 – CASA DA CRIANÇA SARAH BEIRÃO DE TRAVANCA DE LAGOS-----**

-----O vereador Mário Alves referiu-se à Casa da Criança Sarah Beirão em Travanca de Lagos, questionando o Presidente da Câmara sobre se foi celebrado algum acordo entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação Aurélio Amaro Dinis, visando a exploração daquele equipamento. -----

-----O Presidente da Câmara disse tratar-se de uma questão que pretende apresentar hoje à Câmara Municipal, nos assuntos a introduzir na presente ordem do dia, apresentando as suas desculpas por não ter sido possível enviar, atempadamente, aos senhores vereadores, cópia do protocolo a celebrar entre a Fundação Aurélio Amaro Diniz e o Município de Oliveira do Hospital, visando a gestão da Casa Sarah Beirão, em Travanca de Lagos, que por imposição da Segurança Social teria que ser aprovado em reunião de Câmara até ao dia 14 de março. Explicou tratar-se de uma medida de exceção para garantir que os acordos da Segurança Social continuem afetos às crianças que frequentam a Casa da Criança de Travanca de Lagos, caso contrário seriam retirados sem qualquer possibilidade real de “regresso”. -----

-----O vereador Mário Alves disse tratar-se de uma questão que, na sua opinião, deve ser devidamente ponderada e tratada com algum cuidado de forma a acautelar a situação do pessoal afeto àquele serviço. -----

**2 - ORDEM DO DIA** -----

**2.1 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA:**-----

**-----2.1.1 - EPTOLIVA - PASSEIO DE CICLOTURISMO “20 ANOS... 20KM A PERCORRER”-----**

D.A.G.F./Proc.69/4

-----No seguimento da deliberação camarária de 22 de fevereiro de 2012, foi presente pelo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara o pedido de licenciamento de atividade desportiva apresentado pela EPTOLIVA com vista à realização do passeio de cicloturismo intitulado “20 anos...20 Km a percorrer...”, a levar a efeito por aquela escola, no âmbito da Semana Cultural, no próximo dia 23 de março, das 9:00 horas às 16:30 horas, na área dos municípios de Oliveira do Hospital e Tábua. --

-----**Concluiu-se que o processo se encontra devidamente fundamentado pelos serviços, contendo o respetivo parecer emitido pela GNR e ofício de retificação ao itinerário do percurso em causa, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a realização do referido evento nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal.** -----

**2.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:** -----

-----**2.2.1 - RITA ALEXANDRA MARIA FIGUEIREDO NUNES** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para a instalação de publicidade em montra, no seu estabelecimento, sito na Rua do Ameal, nº 1, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

-----**2.2.2 - PADARIA PAIFI, LDA.** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para a instalação de toldos publicitários, no seu estabelecimento, sito na Rua Aurélio Amaro Dinis, 1-A, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

**2.3 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:**-----

-----**2.3.1 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE CHAMUSCA DA BEIRA --**

D.A.G.F./Proc.30

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente uma carta, datada de 10 de fevereiro de 2012, remetida pela entidade acima mencionada, a solicitar a isenção do pagamento das tarifas relativas ao consumo de água daquela entidade bem como o reembolso dos valores pagos nos últimos cinco anos. -- -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves disse entender que a Câmara Municipal não deve autorizar o deferimento desta isenção e que, na sua opinião, devem ser retiradas todas as isenções que até à data foram deferidas. -----

-----**Foi assim deliberado, por unanimidade, não isentar a Associação Desportiva e Cultural de Chamusca da Beira do pagamento das tarifas referentes ao consumo de água acima mencionado.** -----

-----**2.3.2 - FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc. 47/1



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação dos serviços, datada de 15 de dezembro de 2011, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, isentar a Freguesia de Vila Pouca da Beira, do pagamento da despesa inerente ao ramal de saneamento construído para a garagem/armazém daquela entidade, no montante de 400,18 € (quatrocentos euros e dezoito centavos), conforme solicitado, considerando esta despesa no conceito das “taxas” previsto na referida norma regulamentar uma vez que nela não é mencionada a concessão de isenções do pagamento de despesas pela prestação de serviços, como é o caso em concreto.-----

**2.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) AUTARQUIAS:** -----

-----**A-1) FREGUESIA DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Alvôco das Várzeas**, um subsídio no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, por conta do subsídio anual a atribuir às freguesias do concelho, como apoio às obras de “Reabilitação da Nascente da Fonte das Barrocas” executadas naquela freguesia durante o primeiro trimestre do corrente ano. -----

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves lamentou o facto do presente pedido de apoio não se encontrar devidamente fundamentado com faturação e/ou orçamentos que justifiquem a antecipação do referido subsídio, posição que foi corroborada pela vereadora Telma Martinho.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

**B) INSTITUIÇÕES:**-----

-----**B-1) CLUBE DE CAÇA E PESCA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital**, um subsídio no montante de **4.100,00 € (quatro mil e cem euros)**, destinado ao desenvolvimento de atividades associativas. ----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-2) FILARMÓNICA DE ERVEDAL DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Filarmónica de Ervedal da Beira**, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, para fazer face a despesas de funcionamento bem como restauro e aquisição de novos instrumentos. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----B-3) SECA EXTREMA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS AOS OVINICULTORES DO CONCELHO -----**

**D.A.G.F./Proc.53/4/DOC.2**

-----Face à situação de seca extrema que o País atravessa, foi presente pelo Presidente da Câmara uma proposta de atribuição aos ovinicultores do concelho de um apoio financeiro extraordinário no montante global de 29.205,00 € (vinte e nove mil, duzentos e cinco euros), a título de comparticipação nas despesas tidas com a aquisição de feno e rações para alimento dos animais de que são proprietários, passando a palavra ao vereador Paulo Rocha para que efetuasse o respetivo enquadramento.-----

----- Pelo vereador Paulo Rocha foram prestados os necessários esclarecimentos, tendo o vereador José Francisco Rolo acrescentado que se tratou de um processo que foi desenvolvido e consensualizado/dialogado com as organizações representantes do setor agro pecuário, nomeadamente a ANCOSE, a Cooperativa Beira Central, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura e o Veterinário Municipal que em conjunto estabeleceram critérios de como tratar esta questão.-----

-----O vereador Mário Alves interveio propondo à Câmara Municipal o aumento do valor proposto, por considerar que é escasso, e que o mesmo seja entregue em géneros a cada produtor (rações, feno, etc) em vez de ser em numerário.-----

-----O vereador José Francisco Rolo esclareceu ainda que, segundo informação obtida na reunião que foi realizada na Câmara Municipal com os ovinicultores do concelho e o Veterinário Municipal, existem várias especificidades alimentares por rebanho, pelo que, na sua opinião, não é possível entregar o valor em géneros a cada produtor, uma vez que, qualquer alteração alimentar poderá provocar distúrbios alimentares nas ovelhas, podendo mesmo levá-las à morte, para além de alterar os níveis de produção de leite.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que, na sua opinião, “a Câmara Municipal não deve substituir-se ao Governo”, lembrando que “o Sr. Secretário de Estado disse ter sido criado um “pacote” de ajudas para este efeito, pelo que a Câmara Municipal deve estar atenta e ajudar os produtores na formulação das respetivas candidaturas”.-----

-----O vereador Mário Alves explicou ainda que “o meu conceito de apoio era diferente daquele que está plasmado no documento em apreço porque, na minha opinião, o apoio só seria concedido a partir de 10 ovelhas, desde que, comprovadamente, esse apoio contribuísse para a subsistência familiar”, lembrando no entanto que “temos situações que não é disso que se trata”. Lembrou ainda que “as pessoas que têm apenas 10 animais, normalmente, não compram rações nem feno”.-----

-----O vereador José Carlos Mendes concordou referindo que “as pessoas que têm apenas 10 ovelhas, atualmente, têm facilidade em manter esses animais porque recorrem aos seus terrenos”.--

**-----Em face do exposto e considerando,-----**

**-----Que de acordo com o Instituto de Meteorologia, todo o território continental está em situação de seca meteorológica, do qual 68% está em seca severa e 32% em seca extrema, ou seja na classificação dos dois níveis mais elevados de severidade;-----**

**-----Que esta situação produz implicações diretas ao nível das pastagens necessárias ao alimento dos animais, designadamente determinando a sua escassez, e a necessidade de recurso à aquisição de feno e rações por parte dos detentores das explorações, dificultando por essa via a gestão do negócio;-----**

**-----Que o Município de Oliveira do Hospital reconhece no Queijo Serra da Estrela e seus derivados, um dos produtos endógenos de maior excelência, que para além de promover e divulgar o município, contribui, inequivocamente, para a dinamização da economia local,**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

assumindo-se em inúmeras situações como o modo de vida de várias famílias, em cujo negócio depositaram, desde há vários e longos anos, as suas expectativas e recursos; -----

-----Que é obrigação primeira da autarquia zelar pelo bem estar e qualidade de vida de todos os seus munícipes, nas vertentes que se encontram na sua esfera legal de competência; --

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, ouvida a ANCOSE – Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela, atribuir aos ovinicultores do concelho um apoio financeiro extraordinário no montante global de 29.205,00 € (vinte e nove mil, duzentos e cinco euros), a título de comparticipação nas despesas tidas com a aquisição de feno e rações para alimento dos animais de que são proprietários, em conformidade com a listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, calculado de acordo com a seguinte fórmula e a ser pago mediante apresentação do Boletim Sanitário do animal ou do rebanho: -----

-----Escalões das explorações -----

-----A: [10 a 100] -----

-----B: [101 a 500] -----

-----A aplicação do resultado do produto de (0,15€/1 animal/31 dias), no caso do escalão A, ao número de animais de cada rebanho; -----

-----A aplicação do resultado do produto de (0,10€/1 animal/31 dias), no caso do escalão B, ao número de animais de cada rebanho; -----

-----Verificando-se sempre um arredondamento do resultado da aplicação retro referenciada para a metade ou dezena imediatamente superior.-----

**C) PRÉMIO MANUEL SANTOS GOUVEIA SERRA:** -----

**-----C-1) ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

D.A.G.F.

-----Na sequência da deliberação camarária de 7 de Março de 2006, a Câmara Municipal de acordo com os critérios definidos pela estrutura orgânica e funcional da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital deliberou, por unanimidade, atribuir o Prémio Bombeiro do Ano “Manuel dos Santos Gouveia Serra”, no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) ao Bombeiro de 2ª, Marco Paulo Mendes de Brito, com o número mecanográfico 6980890, admitido em 03/12/1998, considerando que o mesmo reúne os critérios fixados por aquela associação, conforme comunicação daquela entidade datada de 12 de março de 2012. -----

**2.5 - OBRAS PARTICULARES:**-----

**-----2.5.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----**

D.O.S.M./DOC.3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 6 e 19 de março de 2012, conforme listagem que anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**2.6 - PROPOSTA DE ADESÃO À CENTRAL DE COMPRAS E AO PORTAL INFORMATIVO DE COTAÇÕES DO PINHAL INTERIOR NORTE -----**

**D.A.G.F.**

-----O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta que se transcreve na íntegra:

-----“Considerando que: -----

-----Tendo sido a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CC-CIMPIN) instituída ao abrigo do disposto nos artigos 260º a 262º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro e no DL 200/2008, de 9 de outubro, em que a principal atividade consiste na celebração de acordos quadro, designados por contratos públicos de aprovisionamento, com vista à futura celebração de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis pelos municípios integrantes. -----

-----Os acordos quadro têm como objetivo potenciar uma redução da despesa para os Municípios que integram a Central de Compras, mas acima de tudo e adotando as palavras do Dr. Jorge Andrade da Silva “imprimir uma maior eficácia à contratação pública, com redução de custos, através da concentração de um grande volume de aquisições de bens e serviços que se destinam a satisfazer necessidades de entidades adjudicantes (...), as quais poderão obter benefícios múltiplos: economia de procedimentos, preços, prazos de obtenção dos bens e serviços e aprovisionamento, isto é, poupança financeira, transparência, eficácia e agilização dos processos”, in “Código dos Contratos Públicos – Comentado e Anotado”, Almedina – Novembro, 2008, pág. 592. -----

-----Os acordos quadro abertos, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 252º do Código dos Contratos Públicos (CCP), pré-qualificam vários fornecedores para realizarem vendas de bens e serviços aos Municípios que integram a Central de Compras e estabelecem, através de um contrato público de aprovisionamento, as condições e requisitos que estes são obrigados a cumprir, em termos de preços, prazos, níveis de serviço e qualidade do serviço, entre outros aspetos. Mediante este instrumento os fornecedores ficam qualificados para fornecer todos os Municípios de acordo com as regras definidas no respetivo acordo quadro. -----

-----Nos termos consignados no artigo 259º do CCP, para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro abertos, a entidade adjudicante deve dirigir aos co-contratante do acordo quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto desses contratos um convite à apresentação de propostas circunscritas:-----

-----a - Aos termos do acordo quadro a concretizar, a desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades da necessidade cuja satisfação se visa com a celebração do contrato; ou, -----

-----b - Aos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de encargos do acordo quadro para efeitos do procedimento de formação do contrato a celebrar ao seu abrigo.-----

-----Por remissão do n.º 3 do artigo 259º do CCP, ao procedimento supra referido é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 139º e seguintes do CCP, nomeadamente, é facultada a possibilidade recorrer a um leilão eletrónico que consiste num processo interativo baseado num dispositivo eletrónico destinado a permitir aos concorrentes melhorar progressivamente os atributos das respetivas propostas, depois de avaliadas, obtendo-se assim um novo preço através de um tratamento automático.-----

-----É obrigatória, nos termos do artigo 259º do CCP, a apresentação de um convite dirigido a todos os co-contratantes à apresentação de propostas, as várias experiências existentes têm verificado que o leilão eletrónico é o processo mais ágil e célere que permite, maior poupança financeira, transparência e eficácia. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----CC-CIMPIN entidade agregadora e representante dos municípios -----**

*-----A Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte dotou a CC-CIMPIN de ferramentas eletrónicas de agregação, leilão e compras, que importaram investimento, e cuja rentabilização está sujeita à utilização da mesma de forma agregada potenciando a eficiência administrativa e processual. -----*

*-----O sucesso do modelo de negociação colaborativa, desenvolvida pela CC-CIMPIN, assenta na uniformização de preços e disponibilização de catálogos de compras eletrónicos únicos, na generalidade das categorias contratadas, para todos os municípios integrantes, pelo que se torna imprescindível a capacitação da CC-CIMPIN como representante dos municípios em sede de recurso aos acordos quadro celebrados. -----*

*-----A Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte e a própria CC-CIMPIN apenas podem, nos termos legais representar os Município e efetuar os leilões eletrónicos com prévia deliberação do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal nesse sentido, bem como carece de competente mandato administrativo dos Municípios para constituir a CC-CIMPIN como entidade agregadora devidamente habilitada para fazer os convites e realizar os leilões eletrónicos em todos os procedimentos que levaram à celebração de acordos quadro, por si assinados, ou por outras Centrais de Compras de adesão voluntária como a Agência Nacional de Compras Públicas.*

*-----Tal possibilidade está aliás vertida no artigo 10º do Regulamento da CC-CIMPIN (Regulamento n.º 11/2012, publicado na 2ª Série do Diário da Republica n.º 8, de 11 de Janeiro) prevê especificamente a possibilidade de celebração de contrato administrativo a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte e qualquer dos Municípios, enquanto entidades adjudicantes abrangidas, por forma a possibilitar que a CC-CIMPIN possa encarregar-se da negociação junto das entidades fornecedoras, nomeadamente através da realização de leilões eletrónicos. -----*

*-----O Conselho Executivo do Pinhal Interior Norte deliberou, em reunião de 25 de Outubro de 2011, aprovar a constituição da CC-CIMPIN enquanto entidade agregadora dos Municípios que a integram, mediante deliberação de cada um dos executivos camarários, ficando assim a CC-CIMPIN devidamente habilitada para fazer os convites e realizar os leilões eletrónicos em todos os procedimentos concursais por si realizados ou por outras Centrais de Compras de adesão voluntária como a Agência Nacional de Compras Públicas. -----*

*-----A Câmara Municipal pretende aderir à Central de Compras do Pinhal Interior Norte de acordo com a intenção demonstrada na reunião de Conselho Executivo do Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, do dia 25 de outubro de 2011. -----*

**-----Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte -----**

*-----Paralelamente o conselho Executivo do Pinhal Interior Norte deliberou, em reunião de 07 de Março de 2012, aprovar o modelo de funcionamento do Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte, um portal informativo de cotações do Pinhal Interior Norte com a finalidade de realizar consultas e negociações conjuntas com economias de escala e utilizando uma ferramenta de acesso aos fornecedores, promovendo-se assim uma maior concorrência, transparência e potenciando melhores condições comerciais para as entidades integrantes da Central de Compras do Pinhal Interior Norte. -----*

*-----O Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte é um projeto de criação de uma plataforma que permite às empresas fornecedoras comunicarem as suas condições de venda, dos mais variados bens e serviços, de acordo com um conjunto de critérios previamente definidos, assentes em princípios de concorrência, transparência e eficiência, e que permite aos municípios, freguesias e empresas municipais interessados uma consulta instantânea ao mercado e aos fornecedores. -----*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A consulta e utilização do Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte para efeitos de fornecimento de bens e serviços pelos interessados é facultativa e não afasta o cumprimento das normas legais em vigor, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos. -----

-----O Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte prossegue as melhores práticas dos serviços públicos, tem por objetivo garantir maior concorrência, transparência e aproximação dos fornecedores às entidades que integram a CC-CIMPIN, facilitando a criação de um procedimento de ajuste direto (inferior a 75.00,00€) que se adapte e satisfaça as necessidades dos municípios e que tenha em conta a opinião dos fornecedores e reais necessidades de mercado. -----

-----A consulta e negociação prévia das condições oferecidas pelos fornecedores é, neste momento, o mecanismo mais adequado à prossecução destas finalidades, no quadro de valorização da poupança, promoção da concorrência, transparência e responsabilização pela gestão de dinheiros públicos. -----

-----Ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, os municípios têm total legitimidade e poderes para efetuar consultas ao mercado prévias à abertura de quaisquer procedimentos concursais. A consulta e negociação prévia das condições oferecidas pelos fornecedores é, neste momento, o mecanismo mais adequado à prossecução destas finalidades, no quadro de valorização da poupança, promoção da concorrência, transparência e responsabilização pela gestão dos dinheiros públicos. -----

-----Parece evidente que sendo a Central de Compras do Pinhal Interior Norte parte integrante desta comunidade intermunicipal, sendo a entidade que apresenta melhores condições para a execução do projeto Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte, pode e deve socorrer-se dos conhecimentos, experiência e recursos da Central de Compras para executar o mandato dos municípios e assim concretizar o Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte. -----

-----Deste modo, nos termos da lei e dos seus estatutos, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte poderá criar e desenvolver o Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte caso os municípios que integram esta comunidade, ou algum deles, lhe confira mandato administrativo para o efeito, pelo que a Câmara Municipal pretende aderir ao Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte de acordo com a intenção demonstrada na reunião de Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, do dia 07 de março de 2012. -----

-----Através da CC-CIMPIN, os Municípios que a integram alargam as suas vantagens, nomeadamente através de uma economia de custos e desburocratização nos procedimentos administrativos resultantes da atividade da CC-CIMPIN; -----

-----Tenho a honra de propor que o executivo da Câmara Municipal delibere:-----

-----1 - Aderir à Central de Compras do Pinhal Interior Norte e autorizar CC-CIMPIN, em nome do Município, se possa constituir como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desempenhar a função de representante das entidades adjudicantes, para fazer os convites e realizar os leilões eletrónicos ao abrigo dos acordos quadro por si assinados, ou por outras Centrais de Compras como a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP); -----

-----2 - Aderir ao Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte e autorizar CC-CIMPIN, em nome do Município, se possa constituir como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desenvolver o Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte e desempenhar a função de representante das entidades dos municípios, para fazer as consultas e negociações no âmbito do Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte.” -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Analisada e colocada à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

**2.7 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----

-----**2.7.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 21 de 6 a 19 de março de 2012 e que constam do mapa que anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

**3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:**-----

**3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

**3.1.1 - AÇÃO SOCIAL:**-----

-----**3.1.1.1 – CLDS – EXPOSIÇÃO/BALANÇO SOBRE OS RESULTADOS DO CLDS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Tendo presente a informação social nº 15/2012, datada de 16 de março, que anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal depois de prestados os necessários esclarecimentos por parte do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por unanimidade, aprovar e subscrever a exposição/balanço sobre os resultados do CLDS de Oliveira do Hospital, anexo à informação acima referenciada, a enviar ao Sr. Ministro da Solidariedade e Segurança Social (com conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, à Srª Presidente do Conselho Diretivo do IPSS, I.P. e do Sr. Diretor do Centro Distrital de Coimbra do IPSS, I.P), relativa à necessidade/solicitação de continuidade do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Oliveira do Hospital.-----

-----**3.1.1.2 – REDE SOCIAL – PLANO DE AÇÃO 2012**-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Pelo vereador José Francisco Rolo foi presente a informação social nº 16/2012, datada de 16 de março, que anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a informar que o Plano de Ação 2012 da Rede Social de Oliveira do Hospital foi aprovado pela totalidade dos parceiros reunidos em Conselho Local de Ação Social – CLAS – decorrido em 14 de março de 2012.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.1.1.3 – PROGRAMA DE CONFORTO HABITACIONAL PARA IDOSOS**-----

D.A.G.F./DOC.7

-----No seguimento da deliberação camarária de 8 de novembro de 2011 e tendo presente a informação social nº 17/2012, datada de 16 de março, relativa ao PCIH - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas que tem como objectivos genéricos prevenir a dependência e institucionalização do cidadão mais idoso, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal depois de prestados os necessários esclarecimentos por parte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por unanimidade, homologar a lista das 11 candidaturas apresentadas ao PCIH e consideradas pelo Núcleo Executivo da Rede Social, constantes do Anexo 4 à informação acima referenciada, uma vez que aquelas reúnem os critérios de elegibilidade referidos no artigo 12º do Despacho nº 6716-A/2007.-----

-----Considerando que de acordo com o protocolo celebrado entre o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Município de Oliveira do Hospital, no dia 21 de junho de 2011 e ratificado por deliberação camarária de 5 de julho de 2011, existe verba disponível para o apoio a um mínimo de 15 candidaturas, a Câmara Municipal deliberou ainda, por unanimidade, abrir novo período para entrega de candidaturas ao Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, para que, pelo menos, mais 4 agregados familiares possam ser apoiados na requalificação habitacional e/ou compra de equipamento. -----

-----**3.1.1.4 - 3ª ACÇÃO DA INICIATIVA “LIMPAR PORTUGAL”**-----

----- O Vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que o Município de Oliveira do Hospital vai realizar a 3ª ação da iniciativa “Limpar Portugal” e que as ações de limpeza a levar a efeito no âmbito da mesma terão início no próximo sábado, pelas 9:30 horas. Informou que aderiram a esta iniciativa as freguesias de Alvôco de Várzeas, Lagares da Beira, Ervedal da Beira, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva, São Paio de Gramaços e Seixo da Beira, constatando que, para além dos 300 voluntários que já se encontram inscritos para o desenvolvimento desta iniciativa, a GNR, os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, as associações ERVEDUS e Duas Antas também são entidades aderentes. Informou igualmente que a referida iniciativa contará ainda com o apoio logístico da Cooperativa da Beira Central, da Cooperativa de Agricultores de Alvôco das Várzeas, da Associação de Município do Planalto Beirão e da CAULE, sublinhando que o apoio à divulgação será da responsabilidade da Rádio Boa Nova. Concluiu dando conta que, até ao momento, já se recolheram 15 toneladas de lixo, convidando os senhores vereadores a participarem na mesma.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA**-----

-----**3.2.1 – DIA MUNDIAL DA FLORESTA E DIA DA ÁRVORE**-----

----- A vereadora Graça Silva informou os senhores vereadores que o Município de Oliveira do Hospital, juntamente com as crianças do ensino pré-escolar das escolas do concelho comemorará, no dia 21 de março de 2012, o Dia Mundial da Floresta e o Dia da Árvore. Disse ainda que para assinalar esta efeméride, decorrerão no parque do Mandanelho de Oliveira do Hospital, durante o período compreendido entre a 10h00 e as 12h00, as seguintes iniciativas:-----

----- - Plantação de árvores; -----

----- - Envasamento de sementes; -----

----- - *Forest Paper*; -----

----- - Atelier de expressão plástica; -----

----- - Outras atividades pedagógicas de sensibilização para a proteção ambiental. -----

----- Concluiu referindo que esta atividade conta ainda com a colaboração das entidades que compõem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente, Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital; Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Cooperativa Beira Central; Policia Florestal; GNR; Sapadores de Alvoco das Várzeas; CAULE e Serviços Camarários. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **3.2.2 – CONCURSO GASTRONÓMICO “COM QUEIJO SERRA DA ESTRELA”** -----

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que o concurso gastronómico “Com Queijo Serra da Estrela”, que decorreu no passado dia 17 de março de 2012, durante o certame da “Festa do Queijo Serra da Estrela e outros Produtos Locais de Qualidade de Oliveira do Hospital”, contou com a participação de 14 iguarias sendo 10 pertencentes à categoria de Doces e 4 dos Salgados. Informou igualmente que o Júri, constituído pelo *Chef* Hélio Loureiro, e por Maria Soledade Anjos Guedes Abrantes/representante da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital; António Cardoso Moniz Palme /Confraria Queijo Serra da Estrela; Luís Javier Del Vega /Confraria Queijo das Astúrias e Zacarias Puente/Confraria Queijo da Cantábria, após verificação da conformidade das propostas com os requisitos do concurso, a avaliação dos doces e salgados, das receitas aceites e sua seriação, decidiu atribuir o 1º prémio - “Delícia da Avó Serrana”, o 2º prémio - “Lencinhos de Queijos”, e o 3º prémio - “Queijada de Requeijão com Chila”, tendo como participantes O Príncipe da Cidade, a Escola Secundária de Oliveira do Hospital e Maria Isabel Mendes, respetivamente. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **3.2.3 - CONFERÊNCIAS DE LOUROSA** -----

-----A vereadora Graça Silva informou ainda que, no âmbito das Comemorações dos 1100 anos da Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa, decorrerá no próximo dia 31 de março a 1ª sessão do Ciclo de Conferências – “A Igreja de S. Pedro de Lourosa, seu Passado e seu Futuro”, cuja abertura está agendada para as 14h00, seguida da seguinte programação: -----

----- **14h30 – “História Regional e Desenvolvimento Local”** – Padre Doutor José Eduardo Reis Coutinho (Antropólogo/Arqueólogo Coordenador do Departamento dos Bens Culturais da Diocese); -----

----- **15h00 – “A Redescoberta da Igreja Moçárabe de Lourosa”** – Mestre Maria José Borges Valentim (Musicóloga/Historiadora); -----

----- **15h30 – “Igreja de São Pedro de Lourosa seu passado Proto-Histórico e Romano”** – Dr. Nuno Ribeiro (Pré-historiador e Arqueólogo), Doutora Anabela Joaquina (Pré-historiadora e arqueóloga) e Doutor António Sérgio Pereira (Pré-historiador e Arqueólogo); -----

----- **16h00 – Coffee Break;** -----

----- **16h30 – “A música de Lourosa: da sua origem moçárabe ao gregoriano”** – Professor Doutor José Maria Pedrosa Cardoso (Musicólogo); -----

----- **17h00 – Debate;** -----

----- **17h30** – Sessão de Encerramento com a Tuna Penalvense da Sociedade Recreativa Penalvense com comentários da Mestre Maria José Borges Valentim. -----

-----A Sra. Vereadora convidou todos os presentes distribuindo o respetivo folheto.

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **3.2.4 – PLANO DE AÇÃO** -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que no próximo dia 27 de março de 2012, pelas 15h00, nos Paços do Município de Arganil far-se-á a apresentação pública do “Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo do Pinhal Interior Norte 2011-2015 ” e a assinatura da correspondente Declaração de Compromisso pelos parceiros regionais. Deu igualmente conhecimento a todos os presentes que o referido documento se encontra disponível no site da CIMPIN, podendo ser consultado e, se assim entenderem, darem contributos/sugestões de alteração, até ao final da semana. -----

-----Mais informou que no passado dia 12 de março, realizou-se a ação “Empreendedor por 1 dia”, no recinto da feira de Oliveira do Hospital, com a colaboração da Escola Secundária de Oliveira do Hospital e da EPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, onde os alunos destas escolas tiveram a oportunidade de serem empreendedores por 1 dia, desenvolvendo as suas ideias de negócio em contexto real. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.2.5 - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO**-----

**D.A.G.F./DOC.8**

-----Na sequência da deliberação camarária de 24 de janeiro de 2012 e tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a Lista de Classificação Definitiva, constante da ata da reunião do Júri do concurso, nomeado por deliberação camarária de 25 de outubro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, relativa ao Concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo (Ensino Superior) que deverá manter as decisões contidas e publicadas na Lista de Classificação Provisória. -----

**3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----**3.3.1 - INICIATIVA LICENCIAMENTO ZERO - REVISÃO DE REGULAMENTOS**-----

**D.A.G.F./DOC.9**

-----No seguimento da deliberação camarária de 6 de março de 2012, que aprovou os projetos de regulamentos de Venda Ambulante do Município de Oliveira do Hospital; dos Horários de Funcionamento dos estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital; do Exercício de Atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital; de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital e bem assim o Projeto de Alteração do Regulamento Geral de Taxas Municipais – Tabela Anexa, o vereador Paulo Rocha deu conta que foi confrontado com a receção de uma informação que prevê o adiamento da entrada em vigor da iniciativa “Licenciamento Zero”, sublinhando no entanto que “independentemente desse deferimento, não se vislumbra nenhuma alteração ao conceito deste regime”. Sobre o assunto prestou ainda esclarecimentos adicionais tendo por base a referida comunicação, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **3.3.2 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MERUGE NO ANO DE 2004 – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**-----

----- Considerando que: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- - Por deliberação camarária de 5 de agosto de 2004 foi atribuído à Associação dos Amigos de Meruge um subsídio no montante de 50.000,00 € (inquenta mil euros) destinado à construção de um novo campo de futebol; -----  
----- - Daquele subsídio foi paga a verba de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros) aquando da aquisição e terraplanagem do terreno;-----  
----- - Até à data não se efetuou a construção daquele equipamento desportivo; -----  
----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, revogar a referida deliberação camarária, na parte relativa ao montante em dívida (25.000,00 €), sem prejuízo de, caso aquela coletividade retome o processo, vir a equacionar a atribuição de novo apoio.**-----  
----- **Mais deliberou dar conhecimento do teor desta decisão à Associação dos Amigos de Meruge.** -----

----- **3.3.3 – LEGADO DO PROF. VIRGÍLIO HALL DA FONSECA** -----

**D.A.G.F./DOC.10**

----- **O vereador Paulo Rocha procedeu à leitura integral da informação 10/2012 sobre o assunto em epígrafe, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata, afirmando que da mesma havia sido já dado conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara.** -----

----- **Com base nos pressupostos constantes da aludida informação a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou:** -----

----- - **Mandar proceder a uma deslocação aos referidos apartamentos de uma representação da autarquia, que deve incluir um Engº. Civil, acompanhada de representantes da Junta de Freguesia de Lagos da Beira, no sentido de efetuar a recolha do recheio existente e também a inventariação da necessidade de intervenção de conservação / reabilitação do(s) apartamento(s);** -----

----- - **Desenvolver, caso se verifique essa necessidade depois de efetuada a inventariação, o procedimento administrativo conducente à adjudicação da empreitada de conservação/reabilitação do(s) apartamento(s);** -----

----- - **Promover, em simultâneo, os procedimentos tendentes ao arrendamento temporário do(s) apartamento(s) e local de estacionamento, até que existam condições consideradas necessárias ou adequadas à sua venda;** -----

----- - **Encaminhar a receita, líquida do montante dispendido na eventual conservação/reabilitação e das despesas suportadas com o condomínio, proveniente do arrendamento do(s) apartamento(s) e do local de estacionamento para a conta bancária em que se encontra depositada a restante quantia proveniente do legado.** -----

----- **Mais deliberou dar conhecimento do teor desta decisão à Junta de Freguesia de Lagos da Beira, solicitando a manifestação formal da sua opinião sobre a mesma, considerando que de acordo com a vontade expressa pelo Sr. Prof. Virgílio Hall da Fonseca no testamento, o seu legado à autarquia devia ser administrado pela mesma em colaboração estreita com aquela Junta de Freguesia.** -----

**4 – OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**4.1 – ADIBER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA**-----

**D.A.G.F./DOC.11**

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo de Colaboração celebrado entre a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra e o Município de Oliveira do Hospital, no passado dia 9 de março de 2012, visando a colaboração ativa daquela entidade na organização da Festa do Queijo Serra da Estrela, assumindo a responsabilidade pela componente administrativa e financeira do evento, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

----- Assim e nos termos do referido protocolo de cooperação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir à ADIBER um subsídio no montante de 9.594,00 € (nove mil, quinhentos e noventa e quatro euros), a título de comparticipação nas despesas associadas ao aluguer de stands e à conceção e impressão do material de promoção e divulgação da Festa do Queijo Serra da Estrela/2012. -----

**4.2 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIS VISANDO A GESTÃO DA CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS**-----

**D.A.G.F./DOC.12**

----- Foi presente pelo Presidente da Câmara o Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação de Aurélio Amaro Diniz, visando a gestão da Casa Sarah Beirão, em Travanca de Lagos, para análise e aprovação, chamando a atenção dos senhores vereadores para o artigo 4.º do referido documento, nomeadamente no que se refere ao disposto no n.º 2 - «A F.A.A.D. compromete-se a efetuar o pagamento mensal ao município do valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), a partir da data da assinatura do presente protocolo pela utilização deste equipamento social. O valor ora fixado está sujeito a revisão aquando da renovação do protocolo, se tal se vier a materializar». -----

----- Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves salientando que “isto é mais um arranjo porque a F.A.A.D. não vai pagar nada”, ao que o Presidente da Câmara discordou referindo que “o senhor vereador deveria era perguntar sobre quanto é que a Câmara Municipal, atualmente, gasta na Casa da Criança Sarah Beirão, em Travanca de Lagos”. -----

----- O vereador Mário Alves disse entender que “aquilo que deveria constar no referido n.º 2 era que «a F.A.A.D. devia entregar à Câmara Municipal o correspondente àquilo que recebe da Segurança Social», frisando que “sem terem quaisquer despesas com pessoal, água e luz, é um grande negócio” -----

----- O Presidente da Câmara referiu que “ao contrário do que foi dito pelo vereador Mário Alves, a Câmara Municipal vai é ficar aliviada de algumas despesas que tem atualmente”. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foram ainda prestados esclarecimentos relativamente ao enquadramento do documento em apreço, sublinhando que “o vereador Mário Alves fez uma leitura precipitada, mas se fizer uma análise mais cuidada às receitas e despesas vai perceber que a F.A.A.D, nesta fase, não vai ter lucro, porque as receitas quase não cobrem as despesas”. -----

----- Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que, na sua opinião, este protocolo deveria ter sido celebrado quando a questão foi levantada há cerca de um ano atrás, quando se perderam os protocolos. Mais referiu que “indigna-me o facto de estar a concordar com esta situação quando ela deveria ter sido resolvida atempadamente”, sublinhando que “foi-se adiando mas a Câmara Municipal é que saiu prejudicada no meio disto tudo”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Presidente da Câmara referiu no entanto que “este protocolo é uma forma de aliviar, financeiramente, a Câmara Municipal”. -----

----- O vereador Mário Alves disse entender que, face à sensibilidade do assunto em apreço, o documento em causa deveria ter-lhe sido entregue, atempadamente, para que pudesse efetuar uma análise/leitura mais cuidada e pormenorizada do mesmo, declarando que não iria votar favoravelmente a aprovação deste protocolo. Declarou ainda que “eventualmente, haveria outras instituições no concelho interessadas na gestão da Casa da Criança de Travanca de Lagos e que, porventura, até poderiam apresentar/oferecer melhores condições”. -----

----- O vereador José Carlos Mendes declarou que iria votar favoravelmente a aprovação do protocolo em análise por considerar que será uma medida positiva para a autarquia, discordando no entanto que o assunto só agora esteja a ser resolvido, situação que, na sua opinião, não tem desculpa. -----

----- O vereador José Francisco Rolo esclareceu tratar-se de um processo que passou por várias etapas, os quais descreveu e explicou pormenorizadamente. -----

----- O vereador Mário Alves lembrou que “por força da discussão que tivemos aquando da passagem dos acordos da Segurança Social para aquela entidade deveríamos, desde logo, ter definido esta situação”. -----

----- Pelo vereador José Francisco Rolo foi ainda referido que “a Câmara Municipal lutou até ao final para que os acordos da Segurança Social (Lar e Casa da Criança de Travanca de Lagos) ficassem no concelho de Oliveira do Hospital uma vez que, por força da Lei das Finanças Locais, a autarquia foi “obrigada” a cessá-los como era conhecimento já do anterior executivo camarário. Explicou que, perante esta imposição, a perspetiva da autarquia foi entregá-los a instituições que permitissem a sua “maleabilidade” para fazer retornar à freguesia de Travanca de Lagos esses mesmos acordos, num processo que tinha a ver com a vontade daquela comunidade em criar uma IPSS. Salientou que “o objetivo deste processo foi, essencialmente, salvaguardar uma receita de ação social mantendo-a em permanência no concelho de Oliveira do Hospital, garantindo que Travanca de Lagos ficasse com aquele serviço em funcionamento. -----

----- O Presidente da Câmara explicou as razões da morosidade processual, lembrando que o problema dos acordos da Segurança Social foi uma questão que surgiu já no anterior mandato, ao que o vereador Mário Alves referiu tratar-se de uma questão que também ele, enquanto Presidente da Câmara, “herdou” na altura. -----

----- Colocado o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos senhores vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho, Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves, que a justificou pelas razões acima aduzidas, aprovar o Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação de Aurélio Amaro Diniz, visando a gestão da Casa Sarah Beirão, em Travanca de Lagos, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**4.3 – PROCESSO Nº 197/08.1TBOHP – EUGÉNIO BORGES GONÇALVES E OUTRO(S) – TRANSACÇÃO JUDICIAL**-----

D.A.G.F./Proc. 32/6

-----Tendo presente a notificação judicial decorrente do processo nº 197/08.1TBOHP em que é requerente o Sr. Engº Eugénio Borges Gonçalves e outros e requerido o Município de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos senhores vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e do Presidente da Câmara, o voto contra do vereador Mário Alves



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

e a abstenção do vereador Paulo Rocha, autorizar a assinatura de um acordo de transação judicial entre as partes, nos seguintes termos:-----

-----“1 – O Réu Município de Oliveira do Hospital reconhece os Autores como donos e legítimos proprietários do prédio rústico referido no artigo 1º da petição inicial; -----

-----2 – Os Autores reconhecem que a parcela de terreno confinante com o prédio referido no ponto 1 e com o cemitério de Lagos da Beira, onde foram feitas as obras de requalificação em causa nos presentes autos, é do domínio público; -----

-----3 – O Réu Município reconhece que a execução das obras de requalificação referidas no ponto 2 foi proferida de um alinhamento de tal parcela, na extrema confinante com o prédio dos Autores, referido no ponto 1, alinhamento que se constatou posteriormente ter implicado um corte em alguns pontos do referido prédio;-----

-----4 – Como compensação pelos cortes referidos sob o ponto 3 o Réu Município obriga-se a pagar aos Autores a quantia de 4.000,00 € (quatromil euros);-----

-----5 – Autores e Réu Município reconhecem que a extrema entre o prédio referido no ponto 2 corresponde à sua configuração atual; -----

-----6 – Os Autores desistem do demais peticionado, desistência que o Réu aceita; -----

-----7 – Custas a suportar em partes iguais, prescindindo-se de custas de parte e procuradoria, na parte disponível.” -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O vereador Mário Alves declarou votar contra a assinatura do referido acordo de transação judicial, por discordar do mesmo, uma vez que todas as testemunhas envolvidas neste processo diziam tratar-se de um espaço de domínio público, entendendo assim que deveria ser o Tribunal Judicial a resolver o assunto e não haver qualquer acordo. -----

----- **Neste momento, a vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.** -----

**4.4 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

----- Pelo Presidente da Câmara foram presente à Câmara Municipal os pedidos de apoio remetidos pela Associação de Recreio e Melhoramento do Campo da freguesia de Lourosa, pela Associação Recreativa e Cultural Catraíense e pela Associação do Centro de Recreio e Cultura Nossa Senhora do Rosário de Nogueirinha, destinado à realização de um conjunto de obras, tendo o vereador Mário Alves expressado a opinião de que tais obras só deverão ser objeto de apoio se estiverem devidamente licenciadas. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, manifestar intenção de apoiar cada uma das associações na execução das obras em causa e consequentemente agendar uma reunião com os seus responsáveis a fim de tratar de assuntos relacionados com a legalidade das mesmas. -----

**4.5 – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PMEPC) DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

D.A.G.F./DOC.13

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente a informação técnica nº 009/2012, datada de 19 de março, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a dar conta da aprovação do Plano





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira do Hospital, em reunião ordinária da Comissão Nacional de Proteção Civil, realizada em 14 de dezembro de 2011, conforme publicação da Resolução daquela Comissão nº 11/2012, de 15 de março. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por todos os membros presentes, proceder em conformidade com o proposto na referida informação.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **catorze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos senhores vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 20 de março de 2012**-----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
20 DE MARÇO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**